CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE 2803/73

PARECER CEE Nº 3009/73
Aprovado por Deliberação
do 19 / 12 / 73

INTERESSADO: Eduardo Geraldo Simonsen
ASSUNTO: Regularização de vida escolar
CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU
RELATOR: Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva

1- HISTÓRICO: Por determinação da Secretaria da Educação, veio a este Conselho o processo em que e interessado o estudante Eduardo Geraldo Simonsen, nascido nesta Capital, a 4/11/57 e matriculado na 1ª série do 2º grau do Colégio de Aplicação Pio XII, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Campinas.

Tratam os autos de regularização de vida escolar do aluno e a iniciativa nesse sentido partiu do diretor do citado estabelecimento que em ofício datado de 16/8/73, encaminhou ao Sr. Delegado do Ensino Secundário e Normal de Campinas, "a matrícula de Eduardo Geral Simonsen, conforme orientação recebida através desta 2ª Delegacia de Ensino".

A folhas 4 do Processo, consta a reprodução xerográfica do requerimento assinado pelo estudante, com data de 21/5/735 solicitando matrícula na 1ª série do 2º grau do Colégio de Aplicação Pio XII. Nesse mesmo requerimento, do qual consta despacho favorável emitido pelo diretor do colégio, informa o interessado ter sido aprovado na 9ª série da Escola Americana de Campinas.

A seguir, os demais documentos que integram o processo dizem respeito a registro de nascimento e a vida escolar do estudante, a nível de 1º grau, na seguinte ordem;

- 1.1 - resultado de exame de admissão ao ginásio, prestado no Colégio Rio Branco, desta Capital, em dezembro de 1969;
- 1.2 - ficha escolar relativa a 1ª série ginásial, realizada no ano letivo de 1971, no mesmo Colégio Rio Branco, com os seguintes resultados:

Português	- 5,14
Inglês	- 7,60
Matemática	- 4,10
Ciências	- 3,50
História	- 2,74
Geografia	- 5,30
Educação Moral e Cívica	- 5,90

Desse documento consta a seguinte observação:

"Do regimento Interno - Artigo 98:

Considerar-se-á aprovado o aluno que, atendidas as exigências de freqüência, obtiver, em 1ª ou 2ª época, nota final igual ou superior a cinco, em cada disciplina da série em que estiver regu-

larmente matriculado".

1.3 - ficha escolar, emitida em Inglês, pela Escola Americana de Campinas;

1.4 - tradução, por tradutor público juramentado, do documento anterior. De acordo com esse documento, o aluno frequentou a 8ª e 9ª séries da Escola Americana de Campinas, nos anos letivos de 1971/1972 e 1972/1973.

O aproveitamento obtido por Eduardo Geraldo Simonsen, nas duas séries, e medido pelas seguintes notas:

8ª série: Português - 6,5
Matemática - menos de 6
Ciências - oitave
Educação Física - 7,5

Do elenco das disciplinas da 8ª série há outras para as quais não constam notas: Inglês, Sistemas Políticos, Desenho de Engenharia e Datilografia.

9ª série:

1º semestre : Português - 7,5
Inglês - 7,0
Álgebra I - 6,5
Matemática - 6,5
Ciências - 6,5
Sistemas Políticos - 8,5
Desenho de Engenharia - menos de 6
Datilografia - sem nota
Educação Física - 8,5

2º semestre: Português - 7,5
Inglês - 7,2
Matemática - 7,2
Ciências - 7,2
Sistemas Políticos - 7,2
Desenho de Engenharia - sem nota
Datilografia - 8,1
Educação Física - 6,2

Observação: A nota mínima, segundo a escala estabelecida pela Escola Americana, é 6, representada pelo conceito D. O conceito F significa nota inferior a 6. Ao aluno foi atribuído o conceito F em Matemática, na 8ª série em Desenho, na 9ª série.

1.5 - Manifestação, em forma de parecer técnico, assinada pelo titular da 2ª Delegacia de Ensino Secundário e Normal de Campinas.

2 - APRECIÇÃO - O exame dos documentos mostra tratar-se de uma grave irregularidade na vida escolar da estudante Eduardo Geraldo Simonsen, Observamos que sua matrícula foi aceita na 1ª série do 2º grau, sem estar em dia com as obrigações e exigências das 4ª séries finais do 1º grau. Assim:

2.1. - O aluno não obteve aprovação na 5ª série do 1º grau (ficou reprovado em Matemática, Ciências e História);

2.2. - reprovado na 5ª série, foi admitido na 8ª série da Escola Americana (equivalente à 7ª série do sistema brasileiro). Também nessa série não obteve aprovação (foi considerado aprovado apenas em Português e Educação Física; foi reprovado em Matemática e não chegou a frequentar aulas nas demais disciplinas da série);

2.3. - apesar de reprovado na 8ª série, mesmo assim, foi promovido à 9ª série (equivalente à 8ª série do 1º grau do sistema brasileiro).

E, mais uma vez, se observa que o estudante não foi bem sucedido, tendo sido reprovado em Desenho e alcançado notas mínimas em Matemática, Inglês, Ciências e Sistemas Políticos.

Com tudo isto, o Colégio Pio XII aceitou a matrícula do estudante na 1ª série do 2º grau, de todo modo irregular, não apenas pelo aspecto da falta de aproveitamento, mas também pelo fato de que o aluno frequentou as séries correspondentes à 7ª e 8ª, do 1º grau (8ª e 9ª da Escola Americana) em estabelecimento não vinculado ao nosso sistema de ensino.

A esse respeito, diz o Sr. Delegado de Ensino de Campinas:

"Reprovado em 1971, na 5ª série do 1º grau, em escola pública brasileira, matriculou-se, em Janeiro de 1972, na oitava série da escola estrangeira, embora localizada em território brasileiro, no caso, Escola Americana de Campinas.

Entendemos, s.m.j., que escolas estrangeiras localizadas no País destinam-se a acolher filhos de estrangeiros que, por força de circunstâncias especiais, encontram-se temporariamente no Brasil. Dentro desse pensamento, não cabe a essas escolas matricularem estudantes brasileiros. Escola é veículo de nacionalidade e, a escola, pública ou particular, compete integrar o educando a comunidade brasileira, convergindo todo o seu trabalho educativo para os grandes objetivos da Educação nacional".

Estamos diante de um fato que, lamentavelmente, tem sido frequente em processos estudados neste Colegiado.

Nesse caso, estranho antes de mais nada que o Colégio Pio XII não tenha agido com maior cautela ao aceitar a matrícula do aluno, le-

vando em conta que a documentação referente ao 1º grau não autorizava o prosseguimento de vida escolar na 1ª série do 2º grau. Deixamos de fazer qualquer consideração quanto ao comportamento da Escola Americana de Campinas, já que se trata de estabelecimento não vinculado ao nosso sistema de ensino.

O interessado, agora com 16 anos de idade, está com sua vida escolar truncada, irregular e em situação difícil de ser corrigida.

O remédio que se poderia aconselhar - exame supletivo de 1º grau - não é aplicável, no caso, por não ter o aluno a idade mínima de 18 anos.

3 - CONCLUSÃO: Considerando que ao aluno não se pode atribuir culpa maior pelos fatos que ocorreram, somos de opinião que este Colegiado deve encontrar um meio para possibilitar a continuidade de seus estudos, de forma regular. Nesse sentido, o caminho que resta é autorizar a realização de exames especiais, promovidos pela Secretaria da Educação, com programas e conteúdos correspondentes às 4 séries finais do 1º grau.

Os exames em apreço não deverão caracterizar-se como exames supletivos de 1º grau, diferenciando-se quanto ao conteúdo, que deve ser mais abrangente no que se refere aos programas desenvolvidos em cada série, e serão organizados com o propósito de evidenciar o satisfatório aproveitamento do interessado.

Caso seja aprovado, ficam convalidados os atos escolares relativos à 1ª série do 2º grau.

Na hipótese contrária, sé resta ao aluno prosseguir vida escolar a partir da série, para a qual evidenciar conhecimentos correspondentes.

Cópia desse Parecer deve ser remetida à Secretaria da Educação, para as providencias cabíveis, em relação ao Colégio Pio XII.

É o nosso parecer, s.m.j.

São Paulo, 5 de dezembro de 1973

a) Conselheiro Eloysio Rodrigues da Silva - Relator

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro, estando presentes os nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Isabel Sofia Siqueira, José Conceição Paixão e Therezinha Fram.

Sala das Sessões, 6 de dezembro de 1973

a) Conselheiro João Baptista Salles da Silva - Presidente

Aprovado unanimidade na 535ª Sessão

Plenária, hoje realizada.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de dezembro de 1973.

a) José Borges dos Santos Júnior

Presidente